

Processos midiáticos de legitimação do golpe de 2016: uma Análise de Discurso Crítica na revista *Época*

Media processes to legitimize the 2016 coup: A Critical Discourse Analysis in Época magazine

Antônio Edson Alves da Silva¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de legitimação discursiva do Golpe de 2016, na revista *Época*, tendo em vista o significado representacional, com a ocorrência da categoria avaliação. Na perspectiva de alcançar tal objetivo, pretende-se, especificamente, descrever, identificar e comparar as práticas discursivas de legitimação desse evento político midiático. Para tanto, toma-se como referencial teórico principal, a Análise de Discurso Crítica (ADC), de Norman Fairclough (2001; 2003), além de um diálogo multidisciplinar com o pensamento de teóricos das Ciências Sociais como Souza (2016) e Rovai (2016). Apropriando-se do enquadre teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, este trabalho assume natureza qualitativa e interpretativista. O *corpus* selecionado para a pesquisa é constituído de dois artigos de opinião circulados pela grande mídia hegemônica, principalmente, no período em que perdurou o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Ao fim, as principais reflexões apontam-se para o entendimento de que a mídia brasileira contribuiu efetivamente para a legitimação do Golpe de 2016, tendo em vista as ideologias políticas da direita e o pensamento das grandes corporações que orientaram sua postura condenatória acerca dos governos petistas.

Palavras-chave: Discurso. Mídia. Golpe de 2016.

Abstract: This article aims to analyze the process of discursive legitimation of the 2016 coup, in *Época* magazine, given the representational meaning, with the occurrence of the evaluation category. To achieve this objective, it is specifically intended to describe, identify, and compare the discursive practices of legitimation of this political media event. For this purpose, the Critical Discourse Analysis (ADC), by Norman Fairclough (2001; 2003), as well as a multidisciplinary dialogue with the thought of social science theorists such as Souza (2016) and Rovai (2016), is taken as the main theoretical reference. Appropriating the theoretical-methodological framework of Critical Discourse Analysis, this work assumes a qualitative and interpretative nature. The corpus selected for the research consists of two opinion articles circulated by the main hegemonic media, mainly during the period when President Dilma Rousseff's impediment process lasted. In the end, the main reflections point to the understanding that the Brazilian media effectively contributed to the legitimation of the 2016 coup, given the political ideologies of the right and the thinking of the large corporations that guided their condemnatory stance on PT's governments.

Keywords: Discourse. Media. 2016 coup.

Introdução

A República Federativa do Brasil, em 2011 teve a oportunidade de ser história ao eleger a primeira mulher ao cargo político mais importante do país. Dilma Rousseff

¹ Mestre e Doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Cidade Verde (FCV). Graduado em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE campus Crateús. Professor Temporário da Rede Pública Estadual do Ceará (SEDUC-CE).

é uma política e economista brasileira, que durante o governo Lula exerceu a função de Ministra Chefe da Casa Civil (2005-2010). Sua vida é marcada por engajamento nos movimentos sociais junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Porém, em um cenário de instabilidade governamental, em 2013, milhares de manifestantes, autointitulados antipartidários, foram às ruas para reivindicar, inicialmente, contra a tarifa de ônibus em São Paulo. Essa grande manifestação, nascida na esquerda, como destaca Guerra (2017), acabou sendo direcionada para outro âmbito, tendo em vista o papel da grande mídia brasileira e da direita opositora ao Governo Federal.

A grande mídia que cobrava repressão policial contra os manifestantes, sendo em sua grande maioria chamados de vândalos, muda seu discurso de forma estratégica e passou a noticiar o movimento como sendo pacífico e legítimo. Os grandes símbolos, como a bandeira do Brasil, o Hino Nacional, os manifestantes com camisas da seleção brasileira, passaram a imprimir um teor nacionalista e patriota ao movimento.

Sobre esse cenário, Guerra (2017) afirma que outros grupos de manifestação aliados aos partidos de oposição e à direita conservadora brasileira foram sendo incorporados estrategicamente, tais como o Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Nas Ruas, fazendo assim emergir a proposta de *impeachment*, que foi disseminada pela grande mídia, com a publicação seletiva de fatos relacionados à corrupção do PT e pesquisas mostrando uma queda significativa de mais de vinte pontos percentuais de aprovação do então governo petista. Posteriormente, a governabilidade da presidenta eleita democraticamente foi bastante difícil, em virtude das manobras explícitas da bancada de oposição que em todas as oportunidades tentava sabotar os trabalhos e projetos, que prioritariamente fossem de interesse da população mais carente (GUERRA, 2017).

Conforme Sousa (2016), Rovai (2016), Braz (2017) e Guerra (2017) e apoiando-se nesse cenário descrito, podemos classificar o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como um Golpe de Estado, em virtude dos episódios criados pela farsa parlamentar, judicial e midiática, desde seu primeiro mandato, em sintonia com movimentos ditos antipartidários que posteriormente tiveram seus membros inseridos em pleitos eleitorais. Nessa perspectiva, em abril de

2016, mais de 8 mil juristas lançaram um manifesto contra o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, caracterizando-o como sendo um golpe contra a Constituição e o Estado de Direito.

Na esteira dessa discussão, esta pesquisa surgiu a partir do que os teóricos das mais diversas áreas, como ciências da comunicação, ciências linguísticas, ciências sociais, ciências políticas, ciências econômicas, ciências históricas e ciências jurídicas passaram a designar como um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Nessa esteira, a relevância deste trabalho deve-se ao fato de que ele traz uma discussão sobre um importante acontecimento que impactou e vem ainda impactando negativamente o país e que precisa ser mais bem compreendido pela população. Como diz Souza (2016), os golpes ainda acontecem facilmente porque a população nunca entende direito por que eles acontecem.

Neste trabalho, utilizamos como *corpus* dois artigos de opinião publicados na revista *Época*, no período que perdurou esse evento, tendo em vista o *ranking* apresentado pela Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER), colocando-a como sendo uma das revistas semanais de maior circulação, divulgação e consumo, por parte dos leitores brasileiros, informação ratificada pelo Ministério das Comunicações.

Nesse sentido, tomando como referência o modelo de análise de discurso proposto por Fairclough (2001; 2003), o objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de legitimação discursiva do Golpe de 2016, na revista *Época*, tendo em vista o significado representacional, com a ocorrência da categoria avaliação. Por fim, esperamos, com esta pesquisa, proporcionar uma reflexão efetiva desse evento político, construído, principalmente com o apoio da mídia hegemônica, tendo em vista que todo o cenário social que se vivencia na contemporaneidade está intrinsecamente ligado ao golpe como um possível desdobramento deste, bem como uma atenção especial aos mecanismos inerentes à linguagem que colaboram para a construção das relações sociais.

Análise de Discurso Crítica

A Análise do Discurso Crítica (ADC) entra em cena, no contexto científico, tendo em vista seu caráter social de intervenção e modificação dos cenários em que os sujeitos estão inseridos, como forma de oposição às elites e classes dominantes,

conforme as estruturas sociais apontadas pelo Marxismo. Portanto, tudo que permeia as relações sociais internas e externas aos sujeitos é colocado em questão, como cultura, contexto social, político, filosófico e ideológico para que os analistas tenham uma visão ampliada das mais diversas formas de vislumbrar a conjuntura que será analisada.

Na atualidade, a Análise de Discurso Crítica tem contribuído muito fortemente para uma variedade de abordagens nos mais diversos grupos disciplinares, em virtude do seu caráter profundo de análise textual orientada, visando suas implicaturas nas estruturas e práticas sociais. Para um trabalho analítico mais eficaz, faz-se necessário compreender as relações de poder e ideologia que envolvem os mais diversos contextos trabalhados, numa abordagem crítica da linguagem, conforme destaca Fairclough (2001. p. 31):

As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarmos como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

Toda abordagem crítica da ADC é impulsionada, segundo Fairclough, pela Linguística Crítica, nascida na década de 1970, com base nos estudos de Fowler, Kress e Hodg, na Universidade de East Anglia. Os teóricos buscavam unificar um método de análise de texto com as teorias sociais do funcionamento da linguagem, recorrendo à compreensão dos processos políticos e ideológicos que estão intrinsecamente ligados à política e à ideologia.

A discussão acerca da ADC direciona-se para o conceito de poder como controle social de grupos e instituições, sendo esse um dos temas mais centrais e complexos no percurso de análise textualmente orientada, uma vez que os grupos são extremamente importantes para a concretização desse poder. Esses grupos possuem maior ou menor poder, têm a capacidade de exercer o controle em maior ou menor grau dos atos e das mentes de seus membros, bem como através da prática discursiva de membros de outros grupos sociais, formando assim um processo hegemônico.

Percebemos, então, várias formas públicas de exercício do poder que estão enraizadas nas relações sociais, como uma base de sustentação para tal relação, como as questões voltadas para quem tem o acesso privilegiado ao dinheiro, ao *status* social elevado, ao conhecimento, à informação e à cultura.

Sendo assim, podemos ainda, com base nos pressupostos de van Dijk (2017), entender os mais diversos níveis de poder e suas implicações nas relações interpessoais, como o poder coercitivo exercido através da força, normalmente de pessoas mais agressivas, como da própria polícia. O poder que as classes mais abastadas possuem advém da força do dinheiro enquanto o poder de persuasão que os pais, os professores e os jornalistas possuem baseia-se no conhecimento, na informação e na autoridade.

Entendemos ainda que o poder aqui representado é raramente absoluto, tendo em vista as relações específicas em que ele está inserido, podendo ser expresso através de um grau maior ou menor, no controle dos mais variados grupos sociais em situações bem específicas de dominação. Portanto, no processo de análise das relações entre discurso e poder, van Dijk (2017, p. 118) aponta que o acesso as formas específicas de discurso, como da política, da mídia e da ciência, em si, já é um recurso do exercício desse poder, como também sendo controlada através de nossas mentes, numa perspectiva cognitiva.

Nessa sequência, compreendemos que, se somos capazes de controlar as opiniões de outros grupos através do discurso, somos também capazes de influenciar de alguma forma as ações desses grupos nos processos de interação social. “Por fim, fechamos o ciclo discurso-poder, isso significa que aquelas que controlam o discurso mais influente também possuem mais chances de controlar as mentes e as ações de outros” (VAN DIJK, 2017, p. 118).

Em consonância com essas ideias, a linguística crítica origina-se buscando distinguir-se da linguística regular e da sociolinguística. Kress (1989, p. 445 *apud* FARCLOUGH, 2001, p.47) "sugere que a linguística crítica tentou compreender estruturas das fundações sociais da organização dos sentidos comportamentais nos textos."

Ao falar sobre ADC, torna-se importante ressaltar as contribuições de Michael Halliday, com sua Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) para o desenvolvimento da perspectiva da ADC. Seu enfoque considera que linguística crítica se opõe à prática

da linguística regular e da sociolinguística, ao tomar textos completos como ponto de partida para as análises, levando em consideração a língua falada e escrita. A grande contribuição para a constituição da ADC vem de Fairclough, quando propõe o uso do termo discurso como prática social, sendo este um modo de ação, uma maneira que o indivíduo tem para se posicionar sobre o mundo e sobre os outros seres, além de tê-lo como uma forma de representação da realidade social. Portanto, percebe-se que há uma implicação na relação dialética entre o discurso e a estrutura social, exigindo que uma seja a prática da outra e que por sua vez esta seja condição e efeito dessa relação intrínseca.

De igual modo, a ADC torna-se uma abordagem interdisciplinar que estuda estratégias de como se opor aos discursos das classes dominantes, que têm uma pequena parcela, a elite, como detentora dos meios de comunicação e das práticas discursivas que permeiam todas as esferas da sociedade. Assim, é inevitável não entender os analistas críticos como normalmente militantes sociais de direitos humanos, sindicalistas e intelectuais que lutam com as palavras, como forma de contraposição das mais terríveis situações de opressão por parte da classe dominante.

A Análise do Discurso Crítica, desenvolvida por Fairclough, está dialeticamente ligada às relações protagonizadas por atores sociais numa perspectiva em rede de práticas interativas. Essa proposta torna-se capaz de mapear as diversas relações inerentes aos recursos linguísticos utilizados na interação social. Assim, percebemos a ADC como sendo uma ciência transdisciplinar, pois perpassa pelas mais diversas áreas do conhecimento, rompendo as fronteiras epistemológicas e transformando-se em teorias aplicáveis com bases sociodiscursivas.

A ADC teve sua consolidação como ciência linguística após o simpósio realizado em Amsterdã, em janeiro de 1991, quando Theo van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak, empreenderam suas reflexões das diferentes concepções acerca das análises críticas da linguagem. A partir de então, Fairclough tornou-se o expoente da ADC, tendo em vista sua proposta teórico-metodológica da Teoria Social do Discurso.

O papel mais desafiador da abordagem faircloughiana está pautado na maneira reflexiva em identificar na/pela linguagem o que está nas entrelinhas, ou seja, aquilo que foi ocultado pelos atores sociais, mas que é intrínseco ao discurso, bem como o

papel social de transformação da realidade. Portanto, o analista torna-se um militante em busca da diminuição das mazelas sociais.

Quanto ao significado representacional de textos, este está imbricado nas diferentes conceituações e representações de discurso, tendo em vista os modos diversos de representar o mundo e diferentes perspectivas de sujeitos que se relacionam entre si. Sobre isso, Resende e Ramalho ratificam que:

As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas – discursos podem complementar-se ou podem competir um com outro, em relação e dominação –, porque os discursos constituem parte de recursos utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando. (2017, p. 71).

Nesse sentido, é visível a imensa produtividade discursiva, uma vez que assim como os gêneros discursivos, os discursos apresentam alto grau de compartilhamento e repetição e podem variar de acordo com o contexto sociohistórico, gerando assim múltiplas representações nos mais diversos tipos de texto.

O significado representacional corresponde, conforme Fairclough (2003), à mesma função ideacional cunhada por Halliday e a Linguística Sistema Funcional, pela qual os recursos gramaticais funcionam como forma de representação das ações dos falantes em determinadas circunstâncias sociocomunicativas.

Devemos destacar ainda que as formas utilizadas pelos atores sociais servem para a representação do mundo organizado em sociedade. Neste sentido, os discursos são entendidos como maneiras específicas de conhecer e representar as práticas sociais utilizadas por determinado grupo social organizado.

Essas práticas elucidadas nesse contexto estão permeadas por diversos elementos constituintes, como os participantes, seres atuantes e ativos neste processo dialógico que pode ser afetado ou beneficiado. Outro aspecto constitutivo refere-se às próprias ações que são classificadas como o centro das práticas sociais, bem como a elegibilidade dos participantes em proporcionar e provar dos eventos sociais. Ademais, nesse sentido, podemos citar ainda o próprio tempo, o espaço, dentre outros.

Para melhor compreender tais representações de práticas sociais da vida cotidiana desses agentes, podemos recorrer à concepção de contextualização, tendo

como foco a compreensão dos múltiplos sentidos dos mais diversos discursos que são elencados dentro de um possível grau de legitimidade.

Igualmente, Bernstein (2003 *apud* CASTILHO, 2013, p. 73) vem corroborar o escopo de tais teorias críticas cunhando uma proposta que tende a “distinguir como os contextos de produção, distribuição e reprodução de textos e códigos das normalizações dos valores e regras” dentro de um determinado campo de pesquisa em ADC.

De tal modo, compreendemos que os discursos podem ser classificados como parte integrante da cognição social, explicitados pelos modos diversos de agir socialmente através de recursos de representação das práticas sociais pela materialização discursiva, ou seja, os textos. Assim, eles têm a função de representar, bem como explicar e legitimar seus atores sociais.

Para Castilho (2003, p. 73): “a análise da representação dos atores sociais na recontextualização do discurso pode se dar de acordo com a necessidade de se entender as repercussões discursivas nas práticas sociais cotidianas”. Do mesmo modo, cabe ao analista crítico do discurso identificar as melhores sequências que possam lhe interessar para aplicar este processo e atingir objetivos positivos. Ainda sobre a recontextualização, entendemos que este processo se torna capaz de adicionar e esclarecer os mais diversos detalhes inerentes ao texto analisado, colaborando para a compreensão dos mecanismos de legitimação do discurso em suas práticas sociais.

Assim, percebemos que um mesmo texto pode ser transpassado por diversos discursos que cooperam, relacionam ou competem entre si para o processo de articulação e desenvolvimento textual. Quando encontramos um discurso de competição, vislumbramos um discurso de antagonismo e protagonismo, de modo que um afirma-se com base na negação de outro. Sobre isso, Ferreira destaca que:

A palavra é uma espécie de arena onde se confrontam valores sociais contraditórios. Os conflitos no interior da língua refletem os conflitos de classe. A atividade linguística implica uma série de coisas, tais como: conflitos, relações de poder, dominação, resistência, luta pela hegemonia do sentido etc. (2005, p. 47-48).

Portanto, compreendemos que o texto, independentemente de sua manifestação ocorrer na modalidade oral ou escrita, corresponde à materialização

discursiva dessa luta em que se confrontam valores sociais em busca de uma afirmação em detrimento da negação da outra.

Percebemos ainda que um mesmo aspecto do mundo social pode ser representado através do discurso sobre diferentes pontos de vista, orientando-os através de uma relação dialógica harmônica ou polêmica. Neste ponto, destaca-se aquilo que os estudos em ADC chamam de interdiscursividade, ou seja, a relação de heterogeneidade de um texto articulado e transpassado por diferentes discursos.

Outra categoria importante e bastante trabalhada por Fairclough no significado representacional é a de significado das palavras, pois a construção de determinados significados entra nessa guerra/disputa em busca de uma afirmação hegemônica. Entendemos assim que os significados das palavras e a lexicalização de significados não são individuais, mas articulados entre si, o mundo e o contexto sociohistórico que se vivencia, podendo a qualquer momento ser desconstruído e contestado socialmente.

Rajagopalan (2003) sustenta que este processo de nomeação corresponde a um ato político, entendendo que toda vez que determinados noticiários expressam um fato utilizando o exemplo: “presidente Pinochet” ou “ditador Pinochet”, como também “MST ocupou terra” ou “MST invadiu terra” traz uma influência midiática para a opinião pública favorável ou desfavorável aos acontecimentos noticiados. Em suma, constitui-se um posicionamento extremamente político e hegemônico, podendo generalizar um discurso que até então expressava opiniões particulares.

Análise de dados

Apresentaremos a análise por nós realizada com o intuito de analisar o processo de legitimação discursiva do Golpe de 2016, representado na revista *Época*, considerando o significado representacional, com a ocorrência da categoria avaliação. Iniciamos com o texto intitulado *Delação de Andrade Gutierrez mostra um belo monte de propinas*, publicado na revista *Época*, em 08 de abril de 2016. Podemos observar que por meio do jogo de linguagem expresso no título do artigo, Daniel Haidar e Vinicius Gorczeski, fazem, de início, referência à construção da usina de Belo Monte, ao afirmar sobre a quantidade exorbitante de propinas envolvendo o governo petista, conforme declaração da Andrade Gutierrez.

Os autores, assim como grande parte da mídia hegemônica, utilizam-se do discurso para traçar com argumentos, uma condenação que ainda não foi sentenciada, porém já está sendo prenunciada pela mídia, uma vez que se condena impetuosamente o governo Dilma, colocando-o numa posição desfavorecida, tendo em vista que não lhes oportuna o direito de resposta, conforme preconizado constitucionalmente.

No caso em questão, cabe questionar como os meios de comunicação mais influentes tiveram acesso aos trabalhos judiciais, os quais, em tese, deveriam transcorrer sob forma sigilosa. Neste sentido, conjectura-se que a própria justiça colabora para os vazamentos das informações, na tentativa (exitosa) de confundir a opinião pública, ou melhor, de gestar um possível inimigo do povo que deve ser ceifado.

A revista *Época*, conforme se evidencia, assumiu um posicionamento favorável com relação ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, considerando que, de acordo com as delações premiadas e tantas evidências, amplamente divulgadas pela mídia, o Partido dos Trabalhadores seria a maior organização criminosa que passou pelo poder-político deste país.

Os autores ratificam com ênfase sua tese no decorrer de todo o artigo, com argumentos que, principalmente, estão pautados na delação premiada, que sequer havia sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal. O texto se apresenta de forma bastante detalhada, contando com a presença de argumentos e inferências que remetem a outros textos, como os *hiperlinks*, além de trechos *ipsis litteris* da delação premiada de Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez.

A construção argumentativa da revista acerca do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff é marcada por muitos recursos de edição que colaboram para dar ênfase às frases de efeito, principalmente negativas, contra o modelo de gestão adotado pelos governos petistas.

(01) **Dilma estava acuada, como de hábito, com mais uma denúncia gravíssima** (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

Toda a expressão aparece em destaque (negrito) no corpo do texto analisado, remetendo-nos à ênfase negativa que a edição atribui à voz da presidenta Dilma Rousseff. Portanto, percebemos a avaliação feita pelos autores, quando afirmam que Dilma está acuada. Aqui vale destacar a acepção dada pelo dicionário Aurélio ao

termo ‘acuado”, o qual se classifica como um adjetivo que significa: 1) que está na defensiva ou com medo; 2) em situação de embaraço ou humilhação; e 3) sem saída possível, ou seja, encurralado.

(02) Valter Cardeal, há anos homem de confiança de Dilma no setor elétrico (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

No decorrer do artigo, há marcas avaliativas contra a então presidenta que aparecem num jogo de linguagem que deixa a opinião pública crente de que realmente não há saída para o plano governamental petista. Ao afirmar que Valter Cardeal é homem de confiança da presidenta Dilma, o leitor já consegue vislumbrar que todas as pessoas próximas a ela estão envolvidas com corrupção, uma vez que essa, na função que exerce, pode ser considerada como líder dos atos ilícitos apresentados.

(03) No discurso, a presidente não rebateu os crimes que são imputados a tanta gente próxima a ela e que, se comprovados, foram decisivos para sua chegada ao poder (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

No excerto (03), percebemos, no termo destacado, como o jogo de linguagem dos autores vai se delineando para levar a população leitora à compreensão de que a chegada da então presidenta ao poder está associada aos atos ilícitos de corrupção, compra de votos, pagamentos de propina, organização criminosa, dentre outros.

(04) Mas a grande matriz de dinheiro sujo foi mesmo a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

Mesmo diante de tantas especulações, muitos fatos são apresentados sem provas, porém os jornalistas avaliam que o maior esquema de corrupção do Governo Dilma corresponderia ao caso da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Inúmeras manifestações desfavoráveis ao Governo Federal são apresentadas ao longo dos textos analisados, como forma de persuadir o interlocutor a acreditar que a presidenta estava envolvida no esquema de corrupção, porém, nenhuma das informações foram comprovadas com documentos oficiais que pudessem gerar uma investigação séria e sem partidarismo.

O segundo texto analisado foi publicado em 27 de agosto de 2016, também veiculado na revista *Época*, sendo assinado por Talita Fernandes, com reportagem de Alana Rizzo, Ana Clara Costa e Bruno Boghossian. Os autores utilizam-se de vários

recursos inerentes ao gênero artigo de opinião, trazendo informações e argumentos que possam colaborar com a tese de que o governo é corrupto, de que há uma necessidade urgente de impedimento, tendo em vista que isso será a solução para o crescimento e para a volta da credibilidade das instituições brasileiras.

O texto divide-se em três partes que vão se entrelaçando para construção representativa e identificativa de uma presidenta que, diante de tantas acusações, começa a se travestir de personagem principal em uma suposta cena teatral, ou seja, o golpe. Os autores, inclusive, iniciam o texto com a expressão “Claquetel!”, inerente ao mundo da dramaturgia.

Na primeira parte do texto, apoiando-se na imagem da então presidenta em cima de um palco, coloca-se evidente a ideia de que Dilma começa a se vestir como uma personagem, representada como sendo vítima de um suposto golpe. Os autores questionam o evento, mostrando que os senadores e deputados que votaram a favor do início do processo de impedimento, também estão representando a população, portanto, fazendo o que o povo deseja.

Na segunda parte, denominada de “o desejo”, os autores vão mostrando fatos do cotidiano da presidenta, em que ela, por alguns momentos sai da personagem, quando citam que destratou um repórter na tentativa de dar mais ênfase à postura reprovável de uma chefe de estado que se submete a entrar em uma personagem fictícia, de estar sendo perseguida por seus opositores.

A terceira e última parte do texto mostra como a personagem Dilma vai sendo representada “sem liturgia”, uma vez que, em meio a tantas acusações e conflitos internos, ela continua mostrando-se aparentemente despreocupada, andando de bicicleta pelos jardins do planalto, como se nada estivesse ocorrendo. A figura de uma presidenta desastrada, sem equilíbrio e sem flexibilidade para dialogar é intensificada no jogo de linguagem expresso pelos autores.

Dando sequência ao nosso processo investigativo acerca das representações discursivas do golpe através da categoria de avaliação, percebemos como a mídia hegemônica traçou um discurso negativo que desfavoreceu os governos petistas ao atribuir características que, de alguma forma, estariam ligadas a atitudes ilícitas.

(05) **Perto do desfecho, Dilma atua para documentaristas e se concentra em representar o papel de vítima de um golpe** (FERNANDES *et al.*, 2016).

(06) Dilma estava em cena, literalmente – não mais para se manter no Planalto (FERNANDES *et al.*, 2016).

Nos excertos (05) e (06), podemos perceber que os destaques apontam para uma avaliação pejorativa sobre a presidenta Dilma, visto que a todo momento ela é representada como sujeito que esteja encenando um papel de vítima, porém, não há outra perspectiva possível que não seja reduzida à dramaturgia, já que a postura midiática a condena, antes da sentença oficial.

(07) Ali, em um ambiente fechado, controlado, com decoração avermelhada, aconteceria um comício cenográfico, artificial (FERNANDES *et al.*, 2016).

Outra avaliação negativa, destacada no excerto acima, mostra como a postura presidencial, diante do que ocorre, aparece de forma superficial e cenográfica para representar a então presidenta como uma pessoa que age de forma artificial e indiferente, mesmo diante de tantas acusações.

(08) A presidente da República já deixara de existir; surgia a atriz protagonista de um documentário sobre o “golpe” (FERNANDES *et al.*, 2016).

No excerto (08), a avaliação sobre o fim da era Dilma é bem categórica, visto que os autores mostram como ela se autorrepresenta como uma atriz que emergiu nesse cenário, uma vez que a presidenta não existe mais.

(09) Ela encena a imagem de vítima de um “golpe” (FERNANDES *et al.*, 2016).

(10) Dilma tem extrema dificuldade em reconhecer publicamente seus erros, como a aversão à política, o jeito durão, a obsessão centralizadora e a inexperiência política que impossibilitou o diálogo com o Congresso e o PT (FERNANDES *et al.*, 2016).

O tratamento dado à representação discursiva da então presidenta Dilma é bastante ofensivo, pois em nenhum momento os jornalistas estão preocupados em apresentar provas concretas que possam colaborar na construção argumentativa da tese do texto analisado, mas apenas proferindo avaliações desfavoráveis ao seu plano de gestão, bem como a condenando pelo crime de corrupção.

Em todo decorrer do texto, conforme evidenciado no excerto (09), a presidenta é mostrada como alguém que estava fingindo uma imagem de vítima, pois não teria a capacidade de assumir seus erros, algo ratificado no excerto (10).

(11) Não se viu ali uma tentativa de incendiar a militância para lutar por sua volta ao poder, resgatar o “projeto do PT” (FERNANDES *et al.*, 2016).

(12) Os discursos também pouco, ou quase nada, lembraram Lula e o reinado do PT no Planalto (FERNANDES *et al.*, 2016).

Em suma, a crítica é enfática ao governo em declínio, pois, conforme mencionado em toda análise, a mídia hegemônica, como braço direito da elite e das grandes corporações brasileiras, já havia condenado a então presidenta, antes que fosse apresentada qualquer possível prova factual.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar o processo de legitimação discursiva do Golpe de 2016, na revista *Época*, tendo em vista o significado representacional, com a ocorrência da categoria avaliação. Para tanto, especificamente, foi necessário descrever, investigar e comparar tais práticas discursivas de legitimação desse evento político midiático, na revista supracitada

Inicialmente, contextualizamos o trabalho, trazendo as questões que impulsionaram esta pesquisa, indagando: como os recursos discursivos constituíram o discurso midiático de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Época*. Ademais, buscamos fazer um diálogo com diversos trabalhos que pudessem colaborar para a efetiva compreensão desse fenômeno político midiático aqui analisado.

Contextualizado esse evento político de grande divulgação midiática, partimos para buscar, nos pressupostos teóricos, uma base sólida que nos ajudassem a chegarmos aos nossos objetivos iniciais. Portanto, utilizamos a Análise de Discurso Crítica, principalmente no que teorizou Norman Fairclough, tendo em vista sua peculiar classificação de discurso e sua clara e profícua proposta teórico-metodológica.

Nesse sentido, analisamos as práticas discursivas de legitimação desse evento, através das ocorrências de avaliação no decorrer da tessitura textual proposto

pelos artigos de opinião veiculados na revista analisada. Assim, muitos fragmentos foram discutidos e detalhados quanto ao processo avaliativo, prioritariamente negativo, acerca do Governo Dilma e do Partido dos Trabalhadores.

Ao analisar os dados selecionados, deparamo-nos com os recursos discursivos empreendidos pela mídia hegemônica para informar, muitas vezes de forma equivocada, aos leitores sobre os supostos crimes cometidos pelos governos petistas, tendo em vista a legitimação do discurso da direita brasileira, de que o PT é uma organização criminosa chefiada por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Em suma, esperamos que a discussão empreendida neste artigo possa despertar para a reflexão efetiva desse evento político, construído e articulado, principalmente com o apoio da mídia hegemônica, haja vista que todo o cenário social que se vivencia na contemporaneidade está intrinsecamente ligado ao golpe como um possível desdobramento, bem como uma atenção especial aos mecanismos inerentes ao uso efetivo da linguagem que colaboram para a construção das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V.S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. *Revista Virtual de Estudos das Linguagem - ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/eiGJ3> acesso em: 23 nov. 2019.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- BRAZ, M.. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 128. p. 85-103. jan/abr. 2017. Disponível em < encurtador.com.br/fioU1> Acesso em 23 nov. 2019
- CASTILHO, M. L. *O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva*. 308f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, 2013.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.
- COSTA, N. B.(org.). *Práticas Discursivas: exercícios analíticos*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

- FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teorias e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, jun – dez de 2011, p. 41-69. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>> . Acesso em: 13 de maio de 2019.
- FONSECA, P.C.D.; CUNHA, A.M.; BICHARA, J.S. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, n. 23, maio-agosto de 2013, p. 403-428. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006> Acesso em 23 nov. 2019.
- GUERRA, A. [et al]. *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.], Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.
- PEZATTI, E. G. Ordenação de constituintes em sentenças declarativas do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos: Veredas*, UFJF: Juiz de Fora, 2011. v. 15, n. 1, p. 206-221. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-151.pdf> > acesso em: 23 nov. 2019.
- PINTO, R. B. W. S. . A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português. *Revista Calidoscópico*, UNISINOS: São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 25-32, jul/dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6447>> Acesso em: 23 nov. 2019.
- RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. v. 8, p. 78-104, 2006/7. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1247>> Acesso em: 10 fev. 2018.
- RESENDE, V de M; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica, Modelo Tridimensional à articulação prática: Implicações teórico-metodológica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD Tubarão*, v. 5, n. 1, p. 185 – 207, jul./dez.. 2004. Disponível em: <encurtador.com.br/arQR2> Acesso em: 27 jul. 2018.
- RESENDE, V de M; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.
- ROVAI, Renato. *Golpe 16*. São Paulo: Edições Fórum; Publisher Brasil, 2016.
- SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.
- VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

Recebido em: 09/05/2020

Aceito em: 02/07/2020